



A GUERRILHA DO ARAGUAIA: resistência camponesa, defesa da autonomia e continuidade dos conflitos fundiários no Pará, Maranhão e Tocantins¹

Palavras-Chave: Guerrilha do Araguaia; sindicalismo rural; luta por terra.

Autores:

Vinícius Carluccio de Andrade - IG / UNICAMP

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves (orientador) - IG / UNICAMP

Introdução

Entre 1972 e 1974, ocorreu, no Sul do Pará, um extermínio perpetrado pelas Forças Armadas contra os guerrilheiros do Araguaia. Segundo Campos Filho (2014), trata-se de um massacre. A Terceira Campanha, última empregada pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica para selar a vitória da ditadura nas matas da Pré-Amazônia, foi, para o autor, um ato de eliminação com a finalidade de não deixar sobreviventes. Após esse episódio, inclusive, foi realizada a Operação Limpeza de 1975, cujo objetivo era ocultar os cadáveres dos “paulistas” (CAMPOS FILHO, 2012), membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que, em um contexto de fechamento de regime e clandestinidade, optaram pela luta armada no Araguaia.

Entretanto, a despeito de tal episódio de “política deliberada de extermínio extrajudicial” (BRASIL, 2014, p. 717) ter acontecido há 50 anos, o legado da guerrilha não se apagou. É fundamental frisar que os militares, em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional, viam na Amazônia um enorme potencial geopolítico (CAMPOS FILHO, 2014) e se assentavam em *slogans* como “integrar para não entregar” e “homens sem terras para uma terra sem homens” (CAMPOS FILHO, 2014, p. 29) para justificar esse avanço para o oeste brasileiro. Contudo, a chegada dos megaprojetos, com obras faraônicas e enormes rodovias, chocou-se com a presença de opositores que conviviam com os camponeses locais desde 1966. Embora o documento que exponha as linhas gerais das razões para se implantar uma guerrilha rural, segundo os moldes do maoísmo de guerra popular prolongada, tenha sido liberado somente em 1969 (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1974), o PCdoB já havia começado e incentivado a pesquisa e a adaptação de seus militantes (pelo menos do comando militar) na região de divisa entre Pará, Maranhão e norte de Goiás (atual Tocantins) poucos anos depois do Golpe de 1964.

Destarte, no momento de chegada dos militares, os “paulistas”, dezenas de comunistas que viviam sob disfarces e nomes falsos em três destacamentos diferentes, já haviam estabelecido relações de solidariedade com os mutirões, a troca de dias de trabalho na roça de outros posseiros, a participação na vida social mínima e até cuidados médicos. Um recorte é necessário: um número considerável de guerrilheiros veio de centros urbanos e/ou universidades. Guerrilheiras chegaram a atuar como parteiras e enfermeiras; João Carlos Haas Sobrinho, médico de formação, atuou reconhecidamente em Porto Franco (MA). A partir disso, por conseguinte, constata-se que, de certa forma, existia uma amizade entre aqueles que têm suas origens distantes e os posseiros que se sentiam ameaçados pela chegada de grandes empresas, apoiadas por Emílio Garrastazu Médici. Para reprimir os guerrilheiros, descobertos pelo regime em abril de 1972, os militares propagaram o discurso de que eram “terroristas” (CAMPOS FILHO, 2012, 2014). No entanto, como um histórico entre os “paulistas” e os posseiros já existia, muitos desses últimos se associaram aos membros do PCdoB e lutaram ao seu lado. Mesmo sem a fase do trabalho político, interrompido precocemente pelo avanço do Exército na Amazônia, o contato com a Guerrilha do Araguaia foi profunda e guarda heranças até hoje. Campos Filho (2012, 2014) e Maciel (2014) reconhecem a profundidade do impacto dos guerrilheiros: o extermínio realizado pelos agentes hegemônicos foi um prelúdio do que ainda viria.

É possível, assim, realizar um exercício de periodização, noção indispensável para Santos (2021). Segundo o autor, periodizar é recortar um antes, durante e depois, ou seja, é a interpretação do presente como um resultado do passado, diferenciando o regime, conjunto de variáveis funcionando harmonicamente, da ruptura, sinal de crise e passagem a outro período. A Guerrilha do Araguaia representa uma ruptura e permite um recorte temporal pré-1972 (antes da guerrilha), 1972 a 1974 (durante a guerrilha) e pós-1974 (depois da guerrilha). Até 1972, há a chegada dos militantes, que se inserem no cotidiano e no dia a dia dos camponeses que viviam onde hoje é o PAMATO (conjunção de Pará, Maranhão e Tocantins, salientando o Bico do Papagaio); de 1972 a 1974, há uma verdadeira guerra de guerrilhas; depois de 1974, com o combate extremo das Forças Armadas, a palavra-chave passa a ser “medo” diante da continuidade do conflito na luta pela terra. Embora os guerrilheiros tenham sido torturados, sujeitos a uma repressão espetacular e espetacularizada e assassinados, seus legados não foram esquecidos. As palavras de ordem foram incorporadas por aqueles que advogam pela reforma agrária. Quando o conflito explodiu, os “paulistas”, por meio da *Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo*,

¹ Processo Fapesp n° 2022/05174-6.

colocaram-se ao lado do “homem do interior” (ULDP, 2002, p. 56), algo nunca esquecido.

Essa pesquisa, portanto, tem como objetivo geral refletir sobre o que representou a Guerrilha do Araguaia e qual o seu legado para a região do Sudeste do Pará, Oeste Maranhense e Bico do Papagaio Tocantinense. Vale ressaltar que, devido ao modelo de transição no Brasil, no qual predominou, para Bernardi (2017), a alta judicialização e, para Teles e Quinalha (2020), o silêncio e a proteção aos torturadores, sem punição e plena reparação para os torturados, muitas informações foram omitidas. Sabendo, como Teles e Quinalha (2020) acentuam, que a criação da Comissão Nacional da Verdade - nos anos 2010 - décadas após o fim da Ditadura Militar - nos anos 1980 - foi uma anomalia e um impeditivo para uma transição democrática, pretende-se, com esse estudo, compreender qual a relação entre a guerrilha na década de 1970 e as posteriores disputas por terra na região, destacando a organização e a luta dos trabalhadores nos sindicatos rurais. Como se constata na tabela 1, as três unidades federativas aqui analisadas (Pará, Maranhão e Tocantins) formam uma espécie de panela de pressão, com alto índice de conflitos e elevado número de assassinatos no campo, algo problematizado geograficamente e historicamente por Nóbrega (2020). Os dados, provenientes dos anuários da Comissão Pastoral da Terra, dão uma boa introdução da continuidade da tensão, principalmente no Bico do Papagaio. O recorte temporal, por décadas, explicita a incidência histórica.

Tabela 1 - Frequências e porcentagens de conflitos fundiários e assassinatos no campo no Brasil e no PAMATO

Período	Conflitos fundiários no Brasil	Conflitos fundiários no PAMATO	% de conflitos fundiários no PAMATO em relação ao Brasil	Assassinatos no campo no Brasil	Assassinatos no campo no PAMATO	% de assassinatos no campo no PAMATO em relação ao Brasil
1985-1989	3122	847	27,13	472	203	43,01
1990-1999	4378	1032	23,57	469	224	47,76
2000-2009	7148	1891	26,45	363	169	46,56
2010-2019	10891	3122	28,67	411	180	43,80
Total (1985-2019)	25539	6892	26,99	1715	776	45,25

Fonte: Cadernos de Conflitos no Campo, Comissão Pastoral da Terra (CPT) (1985-2019).

Nessa linha, torna-se indispensável mencionar que, apesar dos três destacamentos dos quase setenta guerrilheiros terem lutado no Sul do Pará, suas influências vão além. O trânsito de militantes no final da década de 1960 e início da década de 1970 é um motivo para isso. Ademais, com o fim do conflito, em um momento posterior à migração incentivada de piauienses e maranhenses (para alívio da tensão fundiária no interior nordestino) no projeto da ocupação da Amazônia (BECKER, 2009), a convergência de interesses (madeira, pecuária, extração de castanhas e mineração) fez com que a tensão não cessasse. Na realidade, o uso desmedido da força por parte dos agentes hegemônicos apenas se intensificou. Entretanto, é um erro afirmar que os camponeses assumiram uma postura passiva: se, de um lado, pistoleiros, grileiros, membros da União Democrática Ruralista, o grupo paramilitar de bate-paus de Curió² e policiais defendiam o interesse do latifúndio e do grande capital; camponeses, posseiros, lideranças sindicais, políticos defensores da reforma agrária dos mais variados partidos, padres seguidores da Teologia da Libertação e propositores das Comunidades Eclesiais de Base, representantes legais da Comissão Pastoral da Terra e afetados, torturados e parentes de assassinados pelo extermínio e pela resposta repressiva dos militares, por outro lado, organizaram suas lutas e mobilizaram suas bases a partir dos ensinamentos e lições aprendidas com a guerrilha - sem, diretamente, defender a luta armada ou a guerra popular prolongada, mas partindo da bandeira da justiça social e equânime distribuição de recursos (CAMPOS FILHO, 2012, 2014; MACIEL, 2014).

Com isso em mente, alguns dos objetivos específicos direcionam-se para o entendimento das contribuições da Guerrilha do Araguaia para a formação de sindicatos, cooperativas e demais associações na região do Bico do Papagaio e entorno, para resgatar documentação histórica sobre a presença da guerrilha e seus desdobramentos político-sociais, para

² Nossa (2012), em um exímio exemplo de jornalismo investigativo, destrincha qual o papel de Major Curió, Sebastião Rodrigues de Moura, que também atendia pelo codinome de “Doutor Luchini”, na perseguição, localização e assassinato dos guerrilheiros. Posteriormente, Curió se tornaria interventor federal em Serra Pelada, que mobiliza uma Corrida do Ouro, fator de atração e segunda migração daqueles homens mais pobres que saíram do Sertão nordestino. Concomitantemente à Serra Pelada, o outro grande nome de exploração mineral - no caso, minério de ferro, e não ouro como no enorme garimpo paraense - se deu na Serra dos Carajás, que, para Valverde (1989), apenas representa o “planejamento da destruição”, pois o que lá se extraía era voltado para o exterior. Embora pareçam desconectados, Campos Filho (2014) assinala o nexo entre Serra Pelada, Serra dos Carajás e o Massacre de Eldorado dos Carajás, lembrado por Stedile e Fernandes (2012). A luta dos sem-terra no PAMATO, guardadas as devidas proporções, tem raízes na Guerrilha do Araguaia. Com isso, “tornou-se necessário fazer essa relação entre: ocupação de terras - Serra Pelada - fim do garimpo de Serra Pelada - ampliação da disputa pela terra - crescimento da pistolagem - aumento do número de assassinatos na luta pela terra” (CAMPOS FILHO, 2014, p. 350).

associar as propostas da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP) à presença do sindicalismo rural atuante no PAMATO, para analisar a esfera de influência de Major Curió, para estabelecer relações entre a violência dos latifundiários com a União Democrática Ruralista e os massacres na região, para tangenciar as particularidades da manifestação local dos camponeses, para conceber os conflitos por terra no presente a partir de sua contextualização histórica, relativa aos programas dos militares e ao encerramento das atividades no garimpo de Serra Pelada, etc. Sob a ótica geográfica, para explicitar as modificações no espaço geográfico decorrentes do combate aos guerrilheiros, são dignos de nota as OPs (Estradas Operacionais 1, 2 e 3) e o 50 BIS (50º Batalhão de Infantaria e Selva), em Imperatriz (MA).

Se, conforme Santos (2008), o espaço geográfico é a acumulação desigual de tempos, resquícios pretéritos se mantêm na paisagem. São as rugosidades, o “que fica do passado como forma (...), o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (SANTOS, 2008, p. 140). Contudo, não é um objeto isolado por si só. Toda materialidade, isto é, forma, cumpre uma função (SANTOS, 2020) e, por isso, fala-se de forma-conteúdo. Nesse sentido, a existência, até o presente, do 50 BIS (figuras 1a, 1b e 1c), embora seja justificada segundo a “proteção do portal de entrada da Amazônia”, tem uma função implícita: a de manter presente na memória coletiva os que foram afetados pelo extermínio da Terceira Campanha de 1974. Entre as entrevistas (mencionadas adiante), foi consenso como a materialidade 50 BIS carrega, em seu conteúdo, uma dose de medo, para manter os movimentos sociais que lá se organizam disciplinados, ainda mais constatando-se que sua fundação e implantação ocorreu durante o combate à guerrilha, em 1973, em um local visado por grupos de esquerda na clandestinidade.

Figuras 1a, 1b, 1c e 1d - Vista exterior do 50º Batalhão de Infantaria e Selva em Imperatriz (MA)



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Metodologia

Para a realização da pesquisa, houve a junção de diversos elementos. A revisão bibliográfica teve suporte com o trabalho de campo, ou seja, privilegiou-se tanto a teoria quanto a prática. No que concerne ao contato com textos já publicados, livros, artigos, documentos, teses de doutorado e dissertações de mestrado foram lidos, além da consulta a jornais da época. Documentários e filmes que compilam depoimentos sobre ex-guerrilheiros ou ex-combatentes também foram revisitados, valorizando obras com fundamental papel de não-esquecimento do que ocorreu entre 1972 e 1974 no Araguaia. Os dados acerca dos conflitos fundiários foram coletados a partir das informações da Comissão Pastoral da Terra e o relatório final da Comissão Nacional da Verdade foi uma fonte sobre as atrocidades cometidas na Ditadura Militar.

Outrossim, para Kayser (2017), Lacoste (2017), Alves (1997), Elias (1999) e Valverde (1964)³, a pesquisa de campo é imprescindível para o geógrafo. Kayser (2017), mais radical, enuncia uma máxima: sem pesquisa de campo, sem direito à palavra. Não se trata, então, de um fim, mas de um meio. Através de registros fotográficos, descrição densa e entrevistas, estabeleceu-se um contato direto com a realidade pesquisada. A *empíria* é insubstituível e, por conseguinte, realizou-se um trabalho de campo para Imperatriz (MA) e municípios próximos de 3 a 15 de fevereiro de 2023. Pela convergência de datas, foi viável acompanhar o 19º Encontro Estadual do MST Maranhão (de 10 a 12 de fevereiro de 2023 no Assentamento Califórnia, em Açailândia (MA)), seguindo a investigação das influências da Guerrilha do Araguaia.

Por último, foram empregadas entrevistas semiestruturadas, com destaque para a feita com o ex-deputado federal José Genoino em 9 de novembro de 2022⁴. Genoino é um dos únicos sobreviventes da repressão feita pelas Forças Armadas e

³ Para Valverde (1964, p. 28), “o instrumento mais importante que o geógrafo leva para o campo é o próprio cérebro. Lá, ele não se limita a olhar, pois que assim o fazem todos os que viajam: turistas, viajantes. O geógrafo precisa ver, que significa olhar, associado ao ato inteligente de refletir; observar, enfim”.

⁴ A entrevista está disponível integralmente no Boletim Campineiro de Geografia (ANDRADE, 2022).

esteve no Araguaia de 1970 a 1972, quando foi preso. No dia da entrevista, o ex-guerrilheiro permitiu fotos de seu acervo de reportagens (figuras 2a, 2b e 2c). No Maranhão, os entrevistados e entidades visitadas fazem parte do Centro de Promoção da Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos Padre Josimo, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Imperatriz (MA), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, do Instituto Makarapy, da Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins ou da Comissão Pastoral da Terra.

Figuras 2a, 2b e 2c - Reportagens sobre a Guerrilha do Araguaia



Fonte: Acervo do entrevistado José Genoíno, 2022.

Resultados e Discussão

Constata-se como o sindicalismo rural atual da região de análise tem pontos de contato com o legado da Guerrilha do Araguaia. Convergências existem. Mesmo considerando o histórico do PCdoB e sua opção pela guerrilha rural nas margens do Rio Araguaia, com o início do conflito, em 1972, o documento da ULDP (2002) levanta tópicos até hoje defendidos, a exemplo da reforma agrária, combate à grilagem, proteção à mão de obra, liberdade para coleta de babaçu, assistência médica, educação, etc. São 27 metas de reformas bem específicas, que continuam a ser bandeiras de luta defendidas pelos sindicatos e cooperativas do PAMATO.

Pensando na periodização de Santos (2021) e como o presente pode ser lido pelos resquícios do passado, o estudo das interferências da guerrilha pós-década de 1970 torna-se crucial não só pelas influências na mobilização dos trabalhadores rurais, mas também pelo índice de letalidade no campo no Pará, Maranhão e Tocantins, com destaque para o recorte do Bico do Papagaio feito por Nóbrega (2020). A partir de uma matemática simples com os dados da tabela 1, originários da própria Comissão Pastoral da Terra, vê-se que, no Brasil todo - incluindo os estados de Pará, Maranhão e Tocantins - ocorre um assassinato no campo a cada 14,89 conflitos por terra, estabelecendo, claramente, um recorte que não leva em conta os conflitos trabalhistas e pelo acesso à água citados por Ferreira e Venturelli (2015). Sem essas três unidades federativas, o índice de letalidade cai para um assassinato no campo a cada 19,89 conflitos por terra. Considerando, consequentemente, somente os três estados do PAMATO, os números são expressivos e mostram a triste realidade do rural brasileiro: um assassinato no campo a cada 8,88 conflitos por terra. A violência é escancarada e o uso desmedido de forças manifesta uma antítese extrema em que um lado mais fraco morre.

Conclusões

A importância de se estudar a Guerrilha do Araguaia reside no compromisso de desvelar a verdade combatida e silenciada pós-1985, com a redemocratização. Para Campos Filho (2012, 2014), o que ocorreu no Sul do Pará na primeira metade da década de 1970 foi uma matança. A Terceira Campanha é, segundo o autor, um massacre para não deixar sobreviventes ou testemunhas. A repressão, no auge do fechamento do regime depois do Ato Institucional Número Cinco de 13 de dezembro de 1968, afetou, também, os camponeses e todos aqueles que tiveram o mínimo contato com os “paulistas”, que se adaptaram e fizeram amizades com os locais, sem anunciar que eram comunistas e viviam na clandestinidade. Para José Genoíno, vítima das consequências da repressão, “o Araguaia é um exemplo, assim como outras rebeliões do Brasil, que além de ser eliminada a ferro, sangue e fogo, tem a memória eliminada. (...) A verdade incomoda. A memória incomoda. O passado não passa” (ANDRADE, 2022, p. 354). Pesquisar sobre a Guerrilha do Araguaia é, portanto, um exercício de resgate da memória frente a um tema tão delicado.

Com o trabalho de campo, ferramenta do geógrafo (ALVES, 1997) indispensável à epistemologia da Geografia (ELIAS, 1999), percebe-se como, mais de cinco décadas depois, o legado da Guerrilha do Araguaia e da tentativa de

realização da guerra popular prolongada pelo PCdoB ainda se faz presente. Como, em conformidade com Bernardi (2017) e Teles e Quinalha (2020), a transição brasileira foi altamente judicializada, excludente (por desconsiderar, em muitos momentos, movimentos e organizações civis), caracterizada pelo signo da amnésia e do esquecimento e marcada pela impunidade através do perdão aos torturadores, é uma tarefa se empenhar na elucidação do que ocorreu entre 1964 e 1985. Dessa maneira, é um compromisso, no que tange à exposição dos fatos, apresentar e esclarecer qual foi o fim dos guerrilheiros do Araguaia, demonstrando, justamente, quais são as influências para o sindicalismo rural hodierno. É uma obrigação, à vista disso, ouvir o lado que muito se calou não por vontade própria, mas por medo da retaliação violenta daqueles que controlavam o silêncio.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Vicente Eudes Lemos. Trabalho de campo: uma ferramenta do geógrafo. **GEOUSP Espaço e Tempo (online)**, v. 1, n. 2, p. 85-89, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123246>. Acesso em: 07 jul. 2023.
- ANDRADE, Vinícius Carluccio de. Entrevista: José Genoio. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 12, n. 2, p. 339-359, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2848>. Acesso em: 07 jul. 2023.
- BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BERNARDI, Bruno Boti. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o caso da guerrilha do Araguaia: impactos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 22, p. 49-92, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/3FYVrw4jYkhyKRxkgnnLWnd/?lang=pt>. Acesso em: 07 jul. 2023.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade (v. 1)**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 07 jul. 2023.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Araguaia: depois da guerrilha, outra guerra- a luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela ideologia da Segurança Nacional (1975-2000)**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, co-edição com a Editora Anita Garibaldi, 2014.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, co-edição com a Editora Anita Garibaldi, 2012.
- ELIAS, Denise. Trabalho de campo: notas teórico-metodológicas. **GEOUSP Espaço e Tempo (online)**, v. 3, n. 1, p. 97-108, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123352>. Acesso em: 07 jul. 2023.
- FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini; VENTURELLI, Ricardo Manfrenatti. A Comissão Pastoral da Terra e os 30 anos de documentação sobre o campo brasileiro (1985-2014). **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 293-317, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2595>. Acesso em: 08 jul. 2023.
- KAYSER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 93-104, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/730>. Acesso em: 07 jul. 2023.
- LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 77-92, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/729>. Acesso em: 07 jul. 2023.
- MACIEL, João Paulo. **Guerrilha no Araguaia-Tocantins**. Imperatriz: Ética, 2014.
- NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. **Geografias das resistências: batalhas camponesas do século XXI nas Regiões do Bico do Papagaio e Cerrados Sul Maranhenses**. 2020. 1 recurso online (223 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1640482>. Acesso em: 07 jul. 2023.
- NOSSA, Leonêncio. **Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 2021.
- STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, co-edição com a Fundação Perseu Abramo, 2012.
- TELES, Edson; QUINALHA, Renan. O alcance e os limites do discurso da “justiça de transição” no Brasil. (*In*): TELES, Edson; QUINALHA, Renan (org.). **Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 15-58.
- ULD. Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo. (*In*): AMAZONAS, João; ANTERO, Luiz Carlos Antero; SILVA, Eumano (org.). **Uma epopeia pela liberdade: Guerrilha do Araguaia - 30 anos (1972-2002)**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2002. p. 56-65.
- VALVERDE, Orlando. **Geografia agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.
- VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás: planejamento da destruição**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.